

Registros de batismos de escravos em Alfenas (MG) nas primeiras décadas do século XIX – nota de pesquisa

MÁRIO DANIELI NETO

Professor Adjunto de História do Brasil da Universidade Federal de Alfenas

Resumo: Apresentam-se neste texto resultados parciais de uma pesquisa sobre a escravidão na região do atual município de Alfenas (MG) nos primeiros anos do século XIX. A pesquisa foi baseada em documentação primária recolhida junto à Paróquia São José e Dores e consiste em registros de batismo de cativos. Por meio desta documentação, procurou-se traçar algumas das características da composição da população escrava da região em um período em que o tráfico Atlântico ainda era significativo.

Introdução

A historiografia sobre escravidão no Brasil recebeu a partir de 1988, ano do centenário da Abolição, uma vasta gama de novos estudos e de novas interpretações sobre o trabalho cativo em seus três séculos de vigência. A crítica historiográfica feita aos antigos modelos explicativos da escravidão no Brasil tomou por base, necessariamente, o aprofundamento da pesquisa empírica em fontes até então consideradas inexistentes ou que tivessem sido destruídas após a Abolição. Robert Slenes, em estudo já clássico, mostrou aos pesquisadores brasileiros as várias fontes documentais que, no final da década de 1970 e início da de 1980 encontravam-se em antigas fazendas, cartórios, igrejas, e que traziam nova luz ao estudo da escravidão no Brasil (SLENES, 1983).

Tal tendência foi na verdade, uma renovação que tomou como modelo os estudos norte-americanos e europeus que desde a década de 1970 reformularam os conceitos sobre a escravidão com base em fontes por vezes desprezadas pelos pesquisadores. No Brasil, tais conceitos ampliaram muito o leque de possibilidades com as quais os historiadores da escravidão passaram a trabalhar. Os registros paroquiais, sobretudo, revelaram ser uma referência fundamental no estudo sobre o escravismo brasileiro.

O avanço das pesquisas documentais trouxe à tona uma realidade por vezes bastante diferente das imagens clássicas que se consolidaram na historiografia sobre a escravidão no Brasil. A escravidão urbana, a escravidão industrial, o estudo das mentalidades, a chamada micro história, a história cultural, a demografia histórica, a história quantitativa, foram campos que se desenvolveram muito a partir das novas pesquisas nas fontes cartoriais e eclesiásticas no Brasil.

Neste sentido, o estudo dos assentos de batismo adentrou essa onda de renovação da historiografia como uma das fontes mais ricas sobre a escravidão, por mostrar ao pesquisador o modo de organização dessa sociedade a partir das relações familiares, de compadrio e de trabalho estabelecidas no âmbito da sociedade escravista.

Se, durante as décadas de 1950 e 1960, temas como a família escrava receberam pouca atenção por parte dos historiadores, a partir dos anos 1970, essa realidade muda. A importância da família escrava ganhou significados novos com o desenvolvimento de pesquisas que tomaram como base as fontes eclesiásticas, especialmente, registros de batismo, casamento e óbitos de escravos.

Destacam-se neste contexto, os trabalhos fundamentais de Roberto Góes e Manolo Florentino (1997), Hebe Maria Mattos (1998), Robert Slenes (1999), Roberto Guedes (2008),

que trouxeram interpretações inovadoras sobre a importância da família escrava para a construção de identidades culturais e étnicas, para estabelecer formas de resistência ao cativeiro e para tornar menos penoso o cotidiano sob o cativeiro. Guardadas as diferenças de análise dos referidos autores, o trabalho com fontes cartoriais e paroquiais compõem a base documental de suas pesquisas.

Tais pesquisas, pioneiras no trato documental e historiográfico sobre as possibilidades da documentação eclesiástica tornaram-se referências para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre tais temas. As interpretações que daí decorreram mostraram caminhos novos para o estudo da escravidão, em especial no Sudeste. Neste sentido, o trabalho de Hebe Mattos compôs um importante cenário do final do período escravista na região Sudeste a partir da análise da documentação paroquial, mas com a inserção da discussão presente na imprensa da época sobre os anos finais do regime escravista (Mattos, 1998). Também Slenes, a partir de documentação de batismos mostrou a importância da família como estratégia de resistência e identidade para os escravos. Nestes trabalhos, a documentação recolhida junto às igrejas é completada e comparada com outras fontes, mais especificamente, documentos cartoriais como inventários e testamentos, prática esta que tem permitido aos historiadores reconhecer e percorrer os caminhos traçados pela população escrava em diferentes contextos históricos. É o caso, por exemplo, do trabalho de Roberto Guedes (2008) cuja abordagem de micro-história revelou-se essencial para a recomposição das estratégias de indivíduos e de famílias sob o cativeiro, destacando-se o papel ativo dessas pessoas em torno das possibilidades de enfrentamento e ascensão social permeadas pela sociedade escravista brasileira dos séculos XVIII e XIX.

Particularmente, tratando-se dos registros de batismo de escravos, destacamos alguns artigos que, recentemente, contribuíram para a ampliação do debate historiográfico em torno da família escrava, explorando essa fonte em seus aspectos qualitativos e quantitativos.

Citamos, por exemplo, o trabalho de Márcia Cristina de Vasconcelos que trata da legitimidade dos casamentos em Mambucaba, Angra dos Reis, no litoral sul fluminense. Com base nos registros de batismo e casamento, a pesquisadora desvendou as formas de construção das famílias escravas na região, assim como delineou os impactos do fim do tráfico africano para que as escravas procurassem oficializar suas uniões por meio do casamento. (VASCONCELOS).

Donald Ramos, por sua vez, pesquisou os registros paroquiais, especialmente, batismos de escravos em Vila Rica, durante o auge do período aurífero nas Gerais. O destaque de sua pesquisa reside na constatação da importância das relações de compadrio estabelecidas

entre escravos e livres por meio do batismo. O costume do apadrinhamento era de grande importância para os escravos, pois permitia acesso ao restrito meio social controlado pelos brancos. A possibilidade de ter um padrinho livre dava à criança batizada, maiores oportunidades de proteção, acesso às pequenas, mas existentes, portas para a liberdade entre outras possíveis vantagens. A documentação pesquisada por Ramos revelou que os registros de batismo podem ser aproveitados em seus aspectos qualitativos de forma muito significativa (RAMOS, 2004).

A falta de estudos que utilizem registros paroquiais ou cartoriais para a região sul mineira ainda é grande, porém algumas pesquisas merecem destaque por trazerem novas interpretações em torno da escravidão na região. Destaca-se, assim, a pesquisa feita por Pérola Maria Goldfeder e Castro acerca das fontes para o estudo das populações escravas no sul de Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX que faz um breve levantamento das fontes paroquiais e cartoriais para municípios do sul de Minas.

Um dos mais relevantes estudos sobre o sul de Minas foi realizado por Marcos Ferreira de Andrade que pesquisou o município de Campanha entre os séculos XVIII e XIX. Focando mais especificamente nas transformações econômicas e políticas que envolveram a ascensão de algumas famílias ao comando político, Andrade faz amplo uso de documentação manuscrita de fontes cartoriais e paroquiais. Sobre a escravidão na região, o levantamento feito a partir dos registros de batismo, nascimento e óbito mostram a dinâmica demográfica na região para o período estudo. Emerge dessa análise amplamente documentada, a violenta rebelião escrava de Carrancas em 1833 (ANDRADE, 2008)

Ainda carente de estudos sobre a família escrava, a região sul mineira vem conhecendo novas pesquisas acerca dessa importante forma de sociabilidade para os séculos XVIII e XIX. A incursão de novos pesquisadores nos acervos documentais das paróquias da região trará, com certeza, pesquisas inovadoras sobre este tema.

A região e a escravidão

A pesquisa que apresento aqui trata de uma coleta preliminar de documentos paroquiais realizada entre o final de 2011 e 2012 no acervo de registros de batismos, casamentos e óbitos da Paróquia São José e Dolores, localizada no município de Alfenas, região sul de Minas Gerais.

O levantamento empreendido até o momento é ainda incipiente, pois não foram pesquisados todos os livros de assentos pertencentes à paróquia. Nesta fase inicial, a pesquisa

concentrou-se somente nos registros de batismo e, em particular, dos batismos de escravos entre 1817 e 1832.

Inicialmente, vale a pena apresentar um breve histórico da região em que a pesquisa foi feita, ou seja, suas origens e características socioeconômicas ao longo do século XIX. Alfenas foi elevada à categoria de cidade somente em 1860, mas suas origens remontam ao final do século XVIII (1784), quando a primeira sesmaria na região foi concedida ao Alferes José Martins Borrvalho. Ali se fundou a ermida de Nossa Senhora das Dores em 1799 e em 1801 assentaram-se os alicerces para a elevação da capela de São José, recebendo o nome de Capela de São José e Nossa Senhora das Dores. Esta capela bem como o arraial que ali se formou pertenciam à freguesia de Cabo Verde. Ao que parece, a capela teve papel importante nos arredores, pois não só os habitantes próximos à ela exerciam suas atividades religiosas no local. Pessoas vindas de outras localidades pertencentes à freguesia de Cabo Verde, talvez por falta de ofícios religiosos em seus arraiais, deslocavam-se até a capela São José e Dores. É o que se percebe nos registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, sendo que os topônimos mais recorrentes são: Muzambo, Araras, Pitangueiras e Sapucaí, além de outros que aparecem esporadicamente.

Basicamente, a economia da região sul mineira entre os séculos XVIII e XIX era basicamente voltada para a produção de gêneros de abastecimento. Algumas poucas propriedades grandes mas que mesclavam juntamente com o açúcar e o café outras produções, como milho, arroz, feijão, gado vacum e suínos. Para os anos iniciais da vida material da pequena Capela de São José, é difícil estabelecer dados confiáveis. Existe pouca documentação sobre os primórdios da ocupação territorial na região. É provável que o pequeno arraial de São José que posteriormente daria origem ao município de Alfenas, possuísse uma economia diversificada, apostando mais nas produções para abastecimento do que propriamente uma produção voltada para o comércio externo.

Para períodos posteriores, em particular, após 1850, pesquisas recentes demonstraram o caráter diversificado da agricultura de Alfenas e dos municípios próximos. Um levantamento preliminar dessas condições materiais foi realizado por Marcos Lobato Martins que trabalhou com inventários e documentação cartorial de Alfenas (MARTINS, 2012, s.d.). Se para as primeiras décadas do século XIX as informações são deficitárias, após a segunda metade do mesmo, já há evidência da formação de algumas propriedades rurais significativas, diversificadas em sua produção, contando com trabalho escravo, mas sem a presença de grandes escravarias.

De acordo com os dados apontados na pesquisa feita por Martins, entre os anos de 1833 e 1835 havia 967 escravos em Alfenas (na verdade, nesta época, capela de São José e Dores). Ainda não há números para os anos anteriores a este período. Essa população aumentou significativamente para a cifra de 4.170 cativos 43 anos depois (1876), correspondendo a um aumento de 431,2%. Em 1883, acusou-se nova alta na população escrava que alcançou 5.022 indivíduos, ou seja, incremento de 20,4% em relação a 1876. Para os anos seguintes, tal contingente diminuiu para 4.495 escravos em 1885 e 1.273 em 1887. Para os anos de 1855 a 1888, as fazendas de Alfenas com escravaria entre 16 a 20 indivíduos –maior contingente registrados nos inventários- correspondia a 17,8% do total de 31 fazendas pesquisadas. No mesmo período, nos inventários pesquisados foram encontrados um total de 230 cativos, sendo sua grande maioria (186) formada por escravos brasileiros frente a 38 de origem africana e seis sem informações quanto à procedência. (MARTINS, 2012, s.d.).

Esses dados compilados e analisados por Martins, embora referentes a um período posterior ao que estamos estudando por meio dos registros de batismo revelam importantes características da população cativa em Alfenas. Na pesquisa sobre batismos de escravos, ao contrário, iniciei a coleta de dados sobre as primeiras décadas do século XIX, quando a presença de africanos ainda era bastante significativa na composição da população cativa brasileira. Portanto, o perfil do contingente escravo entre esses dois períodos deve ter sofrido mudanças acentuadas, não propriamente em relação ao tamanho dos plantéis, que pelas características econômicas da região não deve ter se alterado tanto, mas sim pela composição da origem desses escravos. Enquanto no início do século XIX, parece haver maior ascendência de escravos africanos, ao final da mesma centúria, a presença de ladinos tende a ser mais expressiva. Ainda não foi possível estabelecer relações entre o início do século XIX e as décadas finais da escravidão, mas a hipótese a ser testada é que a composição dessa população deve ter mudado significativamente, tanto em termos absolutos como em suas faixas etárias e também em suas origens africanas ou brasileiras. Novas pesquisas precisam ser empreendidas para que se comprove ou não tais possibilidades.

A documentação: registros de batismo de escravos em Alfenas

Comentarei brevemente a documentação pesquisada até o momento na Paróquia São José e Dores em Alfenas. Privilegiei inicialmente os registros de batismos de escravos encontrados no arquivo da igreja, pois pretendo analisar as características da população cativa em Alfenas ao longo do século XIX. Os assentos de batismo, casamento e óbitos estão

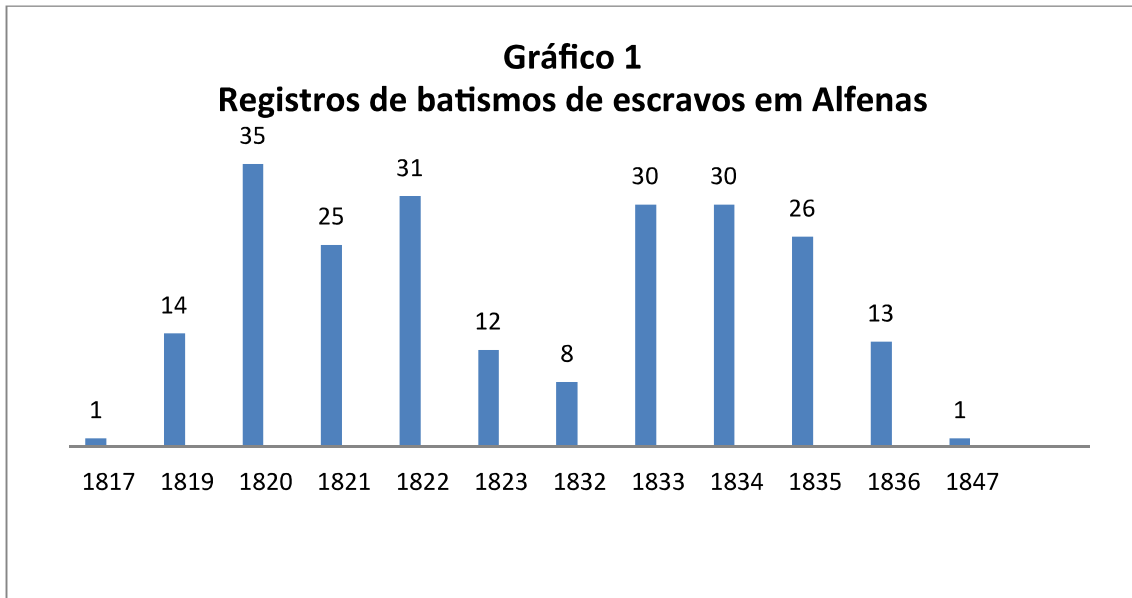
registrados em vários livros que se estendem, mais ou menos, de 1819 até 1960. Nesses livros, na maioria dos casos e até 1888, estão misturados os assentos referentes a pessoas livres e escravos, havendo certa dificuldade em separar os dois grupos. Além disso, muitos livros trazem na capa um determinado período, mas os registros não se referem exatamente aos anos ali mencionados. Há ainda, num mesmo livro, registros de doações de objetos e dinheiro para a capela juntamente com páginas em que se procederam aos assentos de batismo.

Até o momento, pesquisei dois desses livros. O primeiro cobre o período que vai de 1819 a 1848 e os batismos de livres e escravos encontram-se misturados. No entanto, apesar de se referir a um extenso período de tempo, os registros de escravos estão juntos com os da população livre, dificultando a leitura. Mais significativo é o livro que registra os anos de 1832 a 1837, pois ao que parece, o capelão da época, teve o cuidado de separar ali somente os registros de escravos, tornando a documentação, para o nosso propósito, mais representativa.

Ao todo, foram recolhidos 226 assentos de batismo, divididos entre os dois livros descritos anteriormente, sendo 119 no livro que cobre o período de 1819 a 1848 e 107 no livro referente aos anos de 1832 a 1837. Cumpre fazer a ressalva de que o livro de 1819 a 1848 na realidade é bastante incompleto e não possui registros para todo o período mencionado em sua capa. Na verdade, o primeiro assento deste livro é de 1817. Para o ano seguinte não há registros. Em seguida encontram-se os assentos para 1819 até 1823 quando a sequência é interrompida, voltando apenas em 1847, mas com apenas um registro (o qual há dúvida se foi deste ano mesmo, pois há a impressão de que a data foi escrita erroneamente pelo padre responsável).

Segue-se que o outro livro que cobre o período 1832 a 1837 foi feito para registrar somente os batismos de escravos, sendo sua sequência completa até 1836 na realidade. Neste livro foram feitos 107 assentos. Portanto, juntando-se os dois livros temos série interessante, porém incompleta para as três primeiras décadas do século XIX. Há a ausência de registros para o período que vai de 1824 a 1831, o que talvez, possa ser preenchido com a pesquisa em outros livros guardados pela paróquia e que ainda não foram vistos.

Por meio destes dados parciais, percebe-se que os anos de 1820, 1822, 1833 e 1834 apresentaram maior número de assentos no período, sempre acima de 30 registros como mostra o Gráfico 1



A amostragem ainda é pequena e não representa a totalidade de possibilidades que a documentação oferece. Os dados recolhidos, por enquanto, não são significativos para o levantamento de informações sobre as características demográficas da população escrava em Alfenas, mas podem servir de indicadores interessantes sobre as origens desse contingente, assim como, revelam, mesmo parcialmente, os arranjos matrimoniais e de compadrio que se estabeleceram nessa comunidade. Os registros foram organizados e tabulados buscando-se obter o maior número de informações possível de cada um dos assentos.

Assim nas informações inicialmente coletadas constam o a data do assento, nome do batizado, idade no momento do batismo, nome dos pais, condição (se natural ou legítimo), origem dos pais (se africanos ou brasileiros), nome do proprietário do escravo ou dos pais do escravo batizado, local de residência e nomes dos padrinhos.

No caso dos pais, quando há indicação de ambos, a condição, geralmente é de legitimidade, ou seja, os pais são casados. Quando há a indicação apenas do nome da mãe, significa que a condição do filho é “natural”, ou seja, não há união reconhecida por meio do casamento. Tais informações são de grande importância, pois indicam o índice de legitimidade das uniões entre escravos e servem como referência para análise da formação da família escrava.

Neste levantamento preliminar dos registros de batismos de escravos foram encontrados no livro que cobre o período 1819-1848 trinta casais correspondendo a 43,5% do total de assentos registrados. Desse percentual predominam os casais cujos ambos os pais são “crioulos” (14 no total). Porém, há 16 casais cujas origens de um dos cônjuges ou de ambos é africana, como mostra a Tabela 1.

TABELA 1 Casais escravos em Alfenas (Livro de 1819 a 1848)	
Ambos os pais africanos	3
Ambos os pais brasileiros	14
Somente pai africano	8
Somente mãe africana	5
Total de casais	30

Quanto as origens africanas, nos assentos em que foram mencionadas, há maior número de escravos denominados como “benguelas” (7 no total), seguidos pelos “angolas (5), “rebolos” (2), “cassanje” (1) e “moçambique” (1).

Quanto aos padrinhos registrados neste livro, foram encontrados 23 assentos cujos padrinhos eram escravos

Um dos casos parece ser de um homem livre que se casou com uma escrava crioula. A criança foi manumitida na pia batismal mediante pagamento feito pelo pai à senhora da escrava.

No caso dos escravos batizados em Alfenas durante o período de 1819 a 1848 (correspondente aos livros até o momento consultados) constatou-se que 34% corresponderam a filhos “naturais”, ou seja, sem união sacramentada pela igreja, ao passo que 58,4% dos assentos traziam as informações sobre o pai e a mãe da criança batizada tratando-se, portanto, de uniões legítimas, conforme os preceitos da igreja. Essas informações, ainda que parciais, permitem inferir que havia um índice de legitimidade relevante entre as uniões de cativos em Alfenas e seu entorno, mostrando a possibilidade de estudos mais completos sobre a família escrava na região. A tabela 2 a seguir mostra alguns dados preliminares sobre os assentos de batismo para a região que abrangia o atual município de Alfenas.

Tabela 2			
Dados preliminares sobre batismos de escravos em Alfenas			
Livro	1832-1837	1819-1848	Total
Natural	27	50	77
Legítimo	68	64	132
Adultos	3		3
Nada consta	14		14
Total			226
Fonte: Registros paroquiais de Alfenas.			

Em relação aos filhos naturais indicados na amostra, vale ressaltar também as origens das mães, quando foi indicado. Assim, constam no livro de 1819-1848 trinta registros de batismo onde somente a mãe é conhecida. Deste número, três eram mulheres africanas “benguelas”. Em quatro desses assentos não consta a origem da mãe.

Dos 64 registros anotados no livro de 1819-1848, vinte e quatro (37,5%) trazem ao menos um dos padrinhos como escravo.

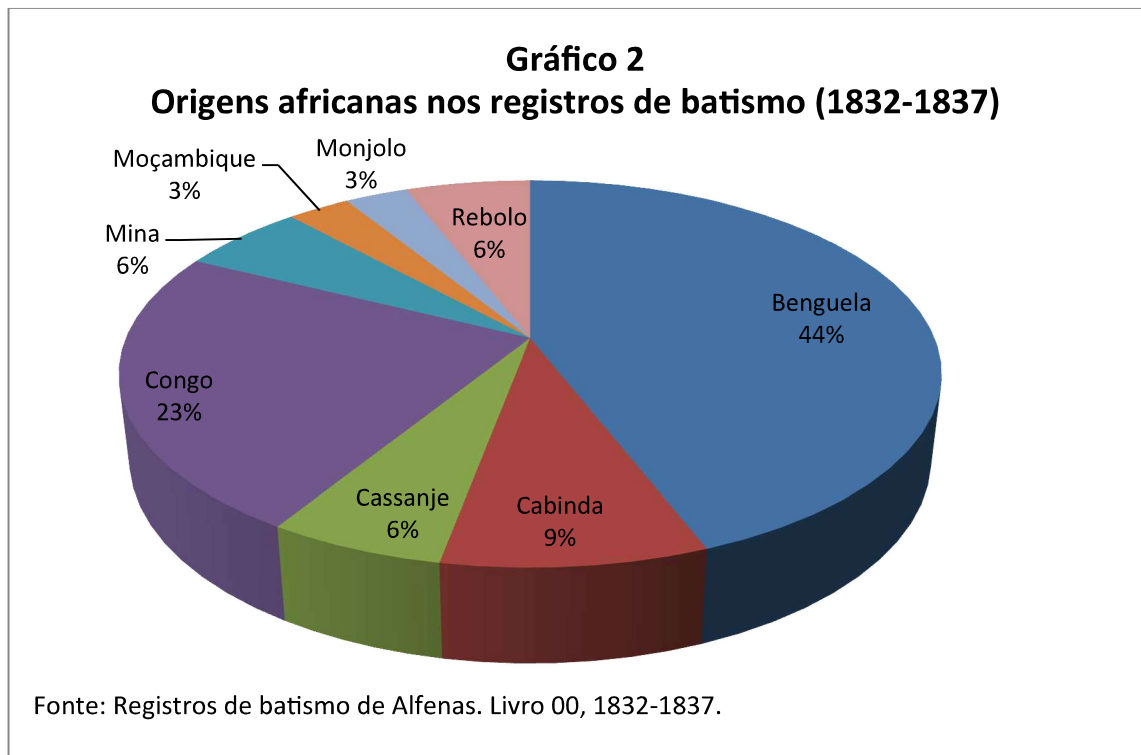
O livro de registros de batismos que cobre o período 1832 a 1837 pareceu-me mais significativo, pois se trata de documento específico sobre escravos, enquanto os demais livros misturam livres e escravos. Nestes registros, as principais informações obtidas foram resumidas na Tabela 3

Tabela 3		
Alfenas-Livro de batismos de escravos - 1832-1837		
Total de registros	109	Percentuais
Casais escravos	68	62,4
Ambos os pais africanos	25	22,9
Ambos pais brasileiros	18	16,5
Pai africano e mãe brasileira	21	19,3
Pai brasileiro e mãe africana	5	4,6
Mãe brasileira	28	25,7
Mãe africana	9	8,3
Filhos legítimos	68	62,4
Filhos naturais	38	34,9
Sem informações	3	2,8
Fonte: Registros de batismos de escravos. Livro 00, 1832-1837		

Assim, de um total de 109 batismos registrados neste livro foram encontrados 68 casais formados por escravos. Desses casais 22,9% possuíam ambos os pais de origem africana, enquanto 18 casais (16,5%) eram formados por escravos brasileiros. Os matrimônios em que homens africanos se casaram com mulheres brasileiras corresponderam a 19,3% desta mostra, enquanto casamentos entre homens brasileiros e mulheres de origem africana foram menores, chegando aos 4,6% do total de casamentos encontrados. Tais dados mostram um maior índice de legitimidade dos batismos deste período, com um total de 68 registros de filhos legítimos ante 38 de filhos naturais (em que se encontra só o nome da mãe ou o pai é desconhecido). Nos casos em que se conhece só o nome das mães, 25,7% eram brasileiras, enquanto 8,3% do total eram mães africanas.

As origens africanas mencionadas nos registros do livro de 1832 a 1837 demonstram que grande parte deste contingente era de escravos classificados como “benguela”, ou seja,

44% do total de 34 assentos cuja origem foi mencionada. O segundo maior grupo foram os “congos” (23%) e em seguida os “cabindas” (9%). As outras origens africanas mostradas nos documentos são menos representativas, ficando entre 3% e 6% do total de assentos cuja origem africana foi mencionada. Sabe-se, claro, que essas origens são registros arbitrários, que indicam na maior parte das vezes, o porto de origem e não o local de captura ou a etnia de fato do africano aqui desembarcado. O Gráfico 2 nos oferece uma visão das origens africanas dos escravos de Alfenas encontrados nos registros de batismo.



Nas relações de apadrinhamento desses escravos sobressaíram-se os padrinhos livres, com 61 assentos, embora em alguns casos não haja absoluta certeza pois os documentos em geral, não registram explicitamente a condição desses homens e mulheres. No entanto, aqueles cuja condição civil é mencionada mostram que quatro batizados tiveram como padrinhos casais de escravos. Em apenas um caso um dos padrinhos era africano, enquanto dez assentos tiveram ambos os padrinhos africanos. Três registros foram apadrinhados por casais crioulos. Dois registros mencionam padrinhos “cabras” e dois casos eram de padrinhos forros. Sete assentos tiveram padrinhos “benguelas”, seguidos por “cabindas” (2), “congos”(2), Moçambique (2), Mina (1) e Monjolo (1). Em três assentos, os donos aparecem como padrinhos dos escravos.

Resultados parciais da pesquisa

Os resultados da presente pesquisa são ainda parciais. Os livros de batismo foram escolhidos como um primeiro momento de levantamento de fontes. A escolha deste material foi fundamentada na importância dessa documentação conforme demonstrada no comentário bibliográfico.

Os livros pesquisados até o momento correspondem ao período de 1832-1837 e 1819-1848. Como foi dito anteriormente, os livros não trazem uma sequência única. Por vezes, encontram-se misturados registros de batismo e óbitos, por exemplo. Além disso, apenas o livro de 1832-1837 apresenta separadamente os registros de cativos. O livro de 1819-1848 traz registro tanto de livres como de escravos.

Também as informações quanto à origem dos escravos (ou melhor, dos pais dos escravos batizados) são de grande importância para o estudo das relações sociais e para compreender a composição demográfica da escravaria na região. Dos dados coletados até o momento, registrou-se que de um total de 226 assentos, ao menos 47 indicavam a origem africana dos pais ou de um dos pais (em geral a mãe). Portanto, do total de assentos para os livros consultados, 20,7% registraram os pais como africanos, enquanto 79,2% indicam ambos os pais ou ao menos a mãe como brasileira (designada de várias formas: “crioula”, “de nação” “parda”, etc.). Tais dados não são, evidentemente, conclusivos, restando ainda grande parte do material para ser analisado, mas permite ao menos vislumbrar, até o momento, que a população escrava na região compunha-se em sua maior parte, por cativos nascidos no Brasil, muito embora o período pesquisado até aqui corresponda ao auge do tráfico Atlântico para o Brasil.

Das informações sobre os escravos batizados em Alfenas, registra-se ainda que as informações acerca dos donos desses escravos são também bastante relevantes. Permitem, por exemplo, levantar dados sobre a estrutura de posse de escravos na região, tema que a história demográfica vem desenvolvendo com bastante sucesso no Brasil em anos recentes. Nesta pesquisa, tais informações sobre a escravaria em Alfenas ainda não foram organizadas, mas os dados coletados estão prontos para a formulação de tabelas que permitam posterior análise do contingente cativo nestas paragens.

Além disso, os registros paroquiais também trazem ricas informações sobre as relações de compadrio estabelecidas por meio do batismo. Na região estudada, qual seja, o atual município de Alfenas e seu entorno no século XIX, a tendência dos assentos de escravos batizados parece ser de escolha de padrinhos livres. Tal situação indica que os escravos que

batizavam seus filhos buscavam, por vezes, empreender relações de compadrio diretamente com pessoas livres ou alforriadas, talvez como forma de acesso a vantagens e melhorias para si próprias e para seus filhos mediante a proteção de padrinhos que transitavam na sociedade branca e livre. Não obstante, há também vários casos em que os padrinhos são designados como escravos, embora pareça ser a minoria dos casos. Como dissemos antes, os dados não são conclusivos, pois a maior parte dos livros ainda está sendo consultada, mas os resultados até o momento mostram um pouco das tendências demográficas da população escrava na região que daria origem a Alfenas posteriormente.

Continuidade da pesquisa e próximas etapas

A presente pesquisa continua sendo desenvolvida, com consultas ao acervo da paróquia São José e Dolores. A coleta de dados até o momento concluiu dois livros de registros de escravos, sendo que ainda restam para serem pesquisados, aproximadamente, mais 10 livros, cujas datas estão misturadas.

Na avaliação parcial do material, concentraremos esforços para concluir as pesquisas nos livros paroquiais, com ênfase nos assentos de batismo até o ano de 1888, que marca o fim da escravidão. Cumpre ressaltar que a presente pesquisa concentrou-se apenas nos registros de batismo, sendo que os casamentos e óbitos não foram analisados e farão parte de uma etapa futura, visando completar as informações acerca da dinâmica da população escrava nos municípios, bairros e arraiais próximos a atual Alfenas.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa, 1790-1850*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2008.
- CANABRAVA, A. P. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo, Hucitec, UNESP, ABPHE, 2005.
- CASTRO, P. M. G. Fontes e perspectivas de estudo sobre populações escravas no Sul de Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. Disponível em http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=199#_edn. Acesso em: 10/03/2011.

- FARIA, S. C. História da família e demografia histórica. In: VAINFAS, R. e CARDOSO, C. F. (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- FLORENTINO, M e GÓES, J.R. *A paz das senzalas: família escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.
- GUEDES, R. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850)*. Rio de Janeiro, Faperj, Mauad X, 2008.
- MARTINS, Marcos Lobato. A agricultura diversificada e a introdução do café na Vila Formosa de Alfenas, MG: décadas de 1850-1890. In: XV Seminário sobre a Economia Mineira, 2012, Diamantina. Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2012.
- MATTOS, H. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- RAMOS, D. Teias sagradas e profanas: O lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História*, n. 31, janeiro de 2004.
- SLENES, R. “O que Rui Barbosa não queimou – novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. *Estudos Econômicos*, n.13, 1983.
- SLENES, R. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- SLENES, R. Senhores e subalternos no oeste paulista. In.: *História da Vida Privada no Brasil*, v.2, org. de Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VASCONCELLOS, M.C. Casar ou não, eis a questão: os casais e as mães solteiras escravas no litoral sul-fluminense, 1830-1881. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 2, 2002, pp. 291-316.